

**“O IMPÉRIO VULNERÁVEL”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA ACERCA DA
REPERCUSSÃO DOS ATENTADOS AOS EUA NA REVISTA VEJA**

Ronney Marcos SANTOS (Mestre/UFS)

Resumo: Os ataques de 11 de setembro de 2001 marcaram de maneira significativa o século XXI e movimentaram intensamente a maquinaria midiática no mundo, principalmente no Ocidente. Jornais e revistas repercutiram o acontecimento e vários enunciados circularam nos dias que se seguiram. Na mídia brasileira não foi diferente, por isso, a partir da chamada Análise do Discurso de linha francesa, este trabalho examina a repercussão do 11 de setembro na edição especial da revista Veja, publicada no dia 19/09/2001, mais especificamente o enunciado em destaque na sua capa: “O império vulnerável”, observando o olhar, a leitura e a reescritura do acontecimento por parte da mídia e de que forma isso é posto para o leitor. E para esse trabalho analítico, algumas categorias do conhecimento são fundamentais, são elas: a noção de acontecimento (PÊCHEUX, 2012), de formação discursiva, interdiscurso, forma-sujeito do discurso (PÊCHEUX, 1988; 2010) e a noção de “fórmula” (KRIEG-PLANQUE, 2010).

Palavras-chave: mídia, 11 de setembro, Análise do Discurso

Introdução

Nova York, 11 de setembro de 2001, 8h46 (hora local): um avião da American Airlines choca-se contra a Torre Norte do World Trade Center, o mais importante centro financeiro do mundo. Minutos depois, outro voo, agora da United Airlines, choca-se contra a Torre Sul. Em Washington, meia hora após os primeiros choques, o voo 77 da American Airlines atinge o Pentágono, símbolo do poder militar norte-americano – o “coração” das Forças Armadas do país. E um último voo, por volta das 10h, cai na Pensilvânia, onde se presume que o alvo seria ou a Casa Branca ou o Capitólio.

O maior ataque já ocorrido em solo americano desde que os japoneses bombardearam Pearl Harbor, deixando 2.280 soldados e 60 civis mortos, tornou-se o principal acontecimento a abrir o novo século, a romper com as estruturas vigentes, culminando na produção de novos enunciados que circularam o mundo. E neste trabalho, ancorados nos pressupostos teórico- metodológicos da Análise do Discurso (doravante AD) de linha francesa, buscaremos compreender, a partir da noção de

acontecimento, condições de produção, memória e formação discursiva (doravante FD), os sentidos que operam nos enunciados acerca dos atentados supracitados. Para tal, selecionamos como objeto de análise a edição especial da revista VEJA publicada no dia 19/09/2001, mais especificamente o enunciado em destaque na sua capa: “O Império Vulnerável”. Observando o olhar, a leitura e a reescritura do acontecimento por parte da mídia e de como a informação é posta para esse “leitor-ouvinte- telespectador”.

Categorias do Conhecimento

Adiante, daremos início ao nosso percurso analítico, todavia faz-se necessário expor algumas das principais categorias do conhecimento que nortearam a nossa análise, a saber: a noção de acontecimento (PÊCHEUX, 2012), de formação discursiva, interdiscurso, forma- sujeito do discurso (PÊCHEUX, 1988; 2010) e a noção de “fórmula” (KRIEG-PLANQUE, 2010). Ressaltamos que essas noções não excluíram a possibilidade do surgimento de outras, que se somaram as presentes, contribuindo, dessa maneira, para o processo analítico.

A noção de acontecimento

Em “O discurso: estrutura ou acontecimento” (1983), Michel Pêcheux apresenta-nos à noção de acontecimento e sua relação com os entrecruzamentos discursivos e memória, a partir de um fato significativo na história política da França, a eleição de François Mitterrand à presidência do país. O recorte analítico feito pelo filósofo deteve-se em um enunciado de certa forma incomum para aquele espaço, o “on a gagné” [“ganhamos!”]. Vejamos então, como Pêcheux (1983) descreve o uso deste enunciado: “Ora, entre esses gritos de vitória, há um que vai ‘pegar’ com uma intensidade particular: é o enunciado “On a gagné” [“Ganhamos!”] repetido sem fim como um eco inesgotável, apegado ao conhecimento” (p. 21).

O traço característico desse enunciado repetido intensamente pela coletividade é o fato dele não pertencer nem enquanto forma, tampouco em conteúdo ao espaço político,

soando como algo incomum para aquele momento e lugar, levando o autor a refletir sobre as circunstâncias que o fez aparecer ali. Originalmente, o enunciado “on a gagné” [“ganhamos!”] vem do grito coletivo de torcedores que acabam de ver o seu time alcançar a vitória, logo, nota-se o deslizamento sofrido pelo enunciado do âmbito esportivo para o político.

Pêcheux ainda destacará a equivocidade do acontecimento no que tange ao uso dessa expressão pelo grupo político vencedor. O equívoco consiste no fato de que, no espaço esportivo, há uma disputa de times diferentes tendo cada um deles uma determinada torcida a quem deve conceder a satisfação da vitória, ao passo que, não existe compromisso algum com a torcida adversária.

Numa eleição, por mais que existam grupos políticos adversários tendo cada qual os seus simpatizantes, ao final apenas um será eleito e assumirá o compromisso de governar para todos. As suas futuras implementações políticas não irão contemplar apenas àqueles que lhe concederam o voto, mas a sociedade de maneira geral. Esse deslocamento sofrido pelo “on a gagné” [“ganhamos!”], além de mostrar tal equívoco do uso da fórmula, contribui para que se instaurem novos processos discursivos e consequentemente produza novos sentidos. Logo, o acontecimento traz no seu irromper especificidades capazes de romper com estruturas pré- estabelecidas fornecendo espaço para que outras surjam. No choque entre uma atualidade e uma memória.

A noção de formação discursiva

Ao olharmos a produção discursiva que entrou em funcionamento a partir do 11 de setembro, fomos nos deparando com uma multiplicidade de sentidos oriundos das palavras de diferentes sujeitos que tentavam descrevê-lo. Tal atividade descritiva demonstrava que os sentidos oscilavam de acordo com a posição assumida, logo

o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade), mas ao contrário, é determinado pelas posições

ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (PÊCHEUX, 2009, p. 146)

Face a isso, convém trazer para o bojo da nossa discussão uma das principais categorias da Análise do Discurso, primeiramente apresentada por Michel Foucault e reformulada posteriormente por Michel Pêcheux. Falamos da noção de formação discursiva (doravante FD), que se define como

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.). (PÊCHEUX, 2009, p. 147)

Assim, o que é dito pelo sujeito se inscreve na FD da qual ele faz parte produzindo ali um sentido específico e não outro, por exemplo, o discurso de um chefe de estado produz um efeito completamente diferente do discurso de um bombeiro, de um jornalista etc. O que a princípio pode deixar transparecer que as FD são estruturas fechadas, mas pelo contrário, pois a partir da AD-2 é possível compreender que as FD não se fecham ou se encerram em si, mas que estão em constante relação umas com as outras, com a exterioridade.

Diante disso, nada impede que possamos nos deparar no espaço da FD política com enunciados que vêm de discursos esportivos, afinal, como nos diz Pêcheux (2010): “uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhes suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de ‘pré-construídos’ e de discursos transversos)” (p. 310).

A noção de interdiscurso

Dito de outra maneira, temos as palavras falando com outras palavras e como toda palavra é parte de um discurso, temos então discursos que falam com outros, sejam eles

presentes ou parte de uma memória. O que nos faz chegar à outra categoria importante para o analista do discurso, a noção de interdiscurso, afinal “as formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações” (ORLANDI, 2012, p. 44).

É no interior das FD que o interdiscurso se movimenta, funcionando como um “todo complexo com dominante” que traz para dentro desses espaços a presença daquilo que foi dito anteriormente, em outro lugar, sendo também denominado de memória discursiva, ou seja,

o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 2012, p. 31)

A presença desse já-dito nos permite compreender o modo como o discurso funciona e como se relaciona com os sujeitos e a ideologia. Compreender o modo como os sujeitos são atravessados pelo interdiscurso é ter acesso a uma filiação de dizeres que atravessam os sujeitos fazendo-os se referirem de um modo e não de outro quando significam os EUA.

Tudo o que já havia sido dito acerca desse país no que tange a sua força política, econômica e bélica ao longo da história reaparece trazendo novos efeitos de sentido devido o irromper do acontecimento. E a possível fragilidade dessa nação naquele momento acaba por chocar-se com toda uma imagem de poder construída ao longo do tempo.

De posse disso, fica claro que as palavras não nos pertencem, pelo contrário, “elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas palavras’. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo como os sentidos se constituem neles” (ORLANDI, 2012, p. 32).

Ao serem entrevistados, seja um transeunte, político ou bombeiro, eles não são

donos daquilo que dizem. Pois diante dessas duas noções, tais sujeitos apenas falam de um determinado espaço (FD) que os autorizam a dizer e tendo o sentido de seus dizeres afetado por outros já-ditos, passando a significar de outras formas.

A forma-sujeito do discurso

Compreendidas as noções de FD e interdiscurso e os seus funcionamentos, vemos um sujeito assujeitado, “um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento” (ORLANDI, 2012, p. 50).

A expressão *forma-sujeito* foi primeiramente introduzida por L. Althusser, ao afirmar que “todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma de sujeito. A ‘forma-sujeito’ de fato é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (PÊCHEUX, 2009, p. 150).

Logo, olhando as propriedades discursivas da forma-sujeito temos que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (PÊCHEUX, 2009, p. 150).

Voltando-se para o nosso objeto, temos nos primeiros momentos após o ocorrido no dia 11 de setembro um intenso falatório acerca dele e das mais diversas naturezas oriundos dos mais diferentes lugares. São indivíduos que se tornam sujeitos de seu discurso a partir do momento em que se identificam com a FD na qual estão inseridos e que passa a dominá-lo. Numa submissão do sujeito que se dá pela língua. E será justamente nesse ponto que os nossos gestos analíticos se detêm, no discurso dos indivíduos enquanto forma-sujeito.

A noção de “fórmula”

“Guerra ao terror”, “América atacada”, “Terror”, “EUA atacado”, “Dia do terror”,

“Maior ataque da história”, “A era do terror”, “Império vulnerável”. Essas e tantas outras expressões estamparam as capas dos principais jornais e revistas de várias partes do mundo. Entre muitas repetições e paráfrases as manchetes foram sendo construídas e espalharam-se rapidamente.

Se nos atentarmos as suas características, logo notaremos que essas expressões podem ser consideradas fórmulas, segundo a noção de fórmula proposta por Krieg-Planque (2010). Para a autora, a fórmula tem: “um caráter cristalizado; se inscreve numa dimensão discursiva; funciona como um referente social; comporta um aspecto polêmico” (p. 61).

Assim, podemos perceber que as fórmulas é que operam discursivamente junto ao trabalho de tentar definir o acontecimento e tais definições foram irrompendo de diversas FD. E essas expressões não ficaram estanques nas formações de onde se originaram, pelo contrário, foram circulando entre as outras produzindo novas redes de sentido.

Logo, o modo conciso como estas manchetes foram elaboradas propiciaram a sua circulação, contribuindo para que se espalhassem tão rapidamente. “Ora, é a concisão que permite à fórmula *circular*, no sentido material do termo, é ela que permite à sequência ser integrada a enunciados que a sustentam, a incluem, a retomam, a reforçam, a reiteram ou a recusam” (p. 71). Daí o seu caráter cristalizador, em que mesmo com o passar dos anos, ainda continuam reverberando na memória coletiva e produzindo sentidos.

Além disso, como falamos acima, elas circularam de uma formação discursiva a outra, inscrevendo-se, dessa maneira, numa dimensão discursiva. Logo, conclui-se que “a fórmula circula com apoio de certos usos que lhe dão um caráter conflituoso ou problemático, e com o apoio de acontecimentos ou de outros discursos que motivam sua utilização” (p. 43).

Fica claro a partir da apresentação dessas primeiras características, que por serem cristalizadas, as fórmulas tornam-se mais fáceis de identificar, reconhecer e até mesmo,

nas palavras de Krieg-Planque (2010), "estigmatizar – positiva ou negativamente – seus usuários" (p. 74). Para citar como exemplo, temos as variadas reações, tanto positivas como negativas, às ações de represálias ao ataque propostas pelo então presidente George W. Bush, por trás de um discurso que trazia sempre a fórmula "Guerra ao terror".

Outra palavra que também nos chamou a atenção pela sua recorrência é "terror". Cristalizou-se e circulou pelas formações discursivas. Ganhou novos sentidos, desmembrou-se em "terrorismo", "terroristas", predicou sujeitos "terror ataca" e trouxe à tona dimensões históricas, "a era do terror". Partindo da perspectiva de Krieg-Planque (2010), "o caráter de referente social da fórmula traduz seu aspecto dominante, num dado momento e num dado espaço sociopolítico" (p. 90). Ou seja, são as fórmulas, que como signos, evocam significados para todos os sujeitos, sendo necessário que esses sujeitos já o conheçam.

De alcance global, o acontecimento do 11 de setembro, seja na América do Norte, no Brasil ou na Europa, propiciou diversos significados oriundos dessas fórmulas que foram facilmente identificadas pelos sujeitos, afinal o acontecimento era conhecido por todos.

Para que possamos dizer que a fórmula é um signo conhecido de todos, é preciso que a encontremos nos mais variados tipos de discurso. É preciso que os lugares de emergência da fórmula se diversifiquem. Se a fórmula é originária de uma formação discursiva, deve sair dela. Ela é posta no cadinho comum do universo discursivo para entrar em conflito com o sentido que ela tem alhures ou com outros termos. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 96)

A quarta propriedade constitutiva da fórmula é o seu caráter polêmico, ao olharmos para algumas delas que citamos logo no início veremos que essa característica também as constitui, uma em menor e outras em maior grau. Por ser portadora de questões sociopolíticas, as fórmulas vão colocar em jogo no seu bojo constitutivo, entre outras coisas, modos de vida e decisões de caráter político que influenciam diretamente

na vida das pessoas.

Os ataques de 11 de setembro de 2001 abriram o novo século, da mesma forma que também deixou abertos precedentes para que fórmulas como “A era do terror” surgissem, como toda “era” traz consigo as suas peculiaridades, os modos de vida e relações das sociedades acabam alterando-se. Decisões de cunho sociopolítico necessitam serem tomadas diante de uma série de questões que surgem com o passar do tempo e principalmente após acontecimentos dessa proporção.

“É porque constitui um problema, porque põe em jogo a existência das pessoas, porque é portadora de um valor de descrição dos fatos políticos e sociais, que a fórmula é objeto de polêmica” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 100). É a fórmula que em “guerra ao terror” polemiza, mexe com a opinião pública, levanta questões acerca das consequências de uma possível guerra e/ou novos ataques em solo norte-americano como represália a qualquer ação bélica por parte dos estadunidenses.

Posto isso, ainda convém destacar o modo como essas fórmulas vão se propagando, carregando consigo esse caráter polêmico. No caso do nosso objeto, a mídia teve um papel fundamental, as fórmulas estão nas primeiras páginas/capas, o que nos faz refletir acerca “do papel das mídias na criação e na circulação das fórmulas [...] cujos efeitos são altamente simbólicos” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 117).

A esse respeito vejamos o que nos diz Krieg-Planque (2010):

De fato, há fundamento objetivo em considerar as mídias como agentes de circulação das fórmulas. Para nós, essa ideia é mesmo definidora da fórmula, uma vez que as mídias estão entre os principais atores aptos a garantir a difusão da sequência em vastas áreas do espaço. (p. 118)

O “Império em Chamas”

Ao reescrever o acontecimento um novo processo discursivo inicia-se através dos enunciados que são utilizados pelos sujeitos para essa reescritura. Marcado pela sua singularidade, o enunciado nunca é repetido da mesma maneira, pois suas funções enunciativas estão ligadas as condições de produção. “A noção de condições de

produção do discurso substituiu a noção muito vaga de ‘circunstâncias’ nas quais um discurso é produzido, para explicitar o que se trata de estudar nesse contexto o que *condiciona* o discurso” (MAINGUENEAU, 2008, p. 14).

Além dos motivadores para o surgimento de um enunciado, faz-se necessário também, compreender o que condiciona o seu aparecimento, de modo que, “os dizeres não são [...] apenas mensagens a serem decodificadas” (ORLANDI, 2012, p. 30), existem efeitos de sentido que operam aí, há uma relação com a exterioridade, são sentidos que “têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que é não dito e com o que poderia ser dito e não foi” (ORLANDI, 2012, p. 30).

A noção de condições de produção é fundamental para compreendermos os sentidos que constituem o dizer e como eles afetam o sujeito numa situação dada. Para Orlandi (2012), elas podem ser consideradas de dois modos, “em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato”, que no nosso caso diz respeito aos lugares por onde a revista circulou, os sujeitos que a “assinaram” (jornalistas) e os momentos que sucederam o acontecimento. O outro modo é no sentido amplo, que “incluem o contexto sócio histórico, ideológico”. Este último responsável por trazer para o bojo dos efeitos de sentido elementos formadores da nossa sociedade e das relações de poder existentes nela, que afetam o imaginário das nossas relações sociais.

Ao falar em memória e como esta, a depender da forma como é “acionada” faz valer, as condições de produção, Orlandi (2012) discorre acerca da noção de memória discursiva:

“A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré- construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. (p. 31)

Ao centrarmos nossa atenção na palavra “império”, tendo em vista a relação história/discurso, vem à tona toda uma estrutura sócio histórica, política, financeira e ideológica. País de Primeiro Mundo, símbolo do capitalismo, que goza de uma soberania inquestionável e de um forte poderio bélico, os EUA impõe ideologicamente, principalmente através do “*mass media*”, uma supremacia perante as outras nações.

Levando-se em consideração o fato da revista VEJA ser oriunda e ter sua circulação em um país de Terceiro Mundo, além de ser conhecida por ter um viés editorial a serviço das elites e do capitalismo, podemos pressupor que a referência feita no enunciado é algo

que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai se historicizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder. (ORLANDI, 2012, p. 32)

O sujeito não age segundo a sua vontade, apesar de crer ser o dono do que diz. Na verdade ele é interpelado pela ideologia. O seu dizer não é particular, “as palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua” (ORLANDI, 2012, p. 32). Essa ilusória apropriação do sujeito do que por ele é dito é o que M. Pêcheux irá chamar de esquecimento número um, “também chamado esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta no modo pelo qual somos afetados pela ideologia” (ORLANDI, 2012, p. 32).

Na terceira parte do seu “Semântica e Discurso”, M. Pêcheux trata das relações entre discurso e ideologia(s), ali o autor discorre sobre os sentidos de uma palavra, afirmando que ele “não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

A revista VEJA assume uma posição marcada ideologicamente, e é no âmbito

discursivo midiático onde são aplicadas as estratégias discursivas que irão alcançar o leitor. Contudo, vale ressaltar, a existência de um fator determinante que diz o que pode e deve ser dito numa situação dada, é o que M. Pêcheux chamará de FD, um conceito “polêmico” e que já tratamos anteriormente, mas básico da AD. Para ele, as palavras recebem sentidos a partir da FD em que são produzidas, “diremos que os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos- falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

Na ótica *terceiro-mundista* em suas formulações enunciativas, que projeta no outro uma referenciação de superioridade, deixa-se transparecer ao mesmo tempo uma posição de subserviência a esse outro. Numa típica relação senhor/escravo, fazendo alusão à dialética hegeliana, em que “esse escravo é o adversário vencido, que não arriscou a vida até o fim, que não adotou o princípio dos senhores: vencer ou morrer. Ele aceitou a vida concedida pelo outro. Depende, portanto desse outro. Preferiu a escravidão à morte e por isso, ao permanecer vivo, vive como escravo” (KOJÈVE, 2002, p. 21).

Ora, não seria essa a condição de todos os países subjugados pelo “imperialismo” norte- americano? Não é essa a dialética que nos ocorre como cidadãos do Terceiro Mundo? Não foi essa a estratégia norte-americana ao oferecer ajuda a estigmatizada Europa pós-Primeira Guerra, uma forte concorrente na disputa pelo poder mundial, com o intuito de crescer exponencialmente e impor o “American way of life”?

Contudo, cientes de que o dito pode significar de maneiras diferentes a depender do lugar onde ele é inscrito, o substantivo “império” vai soar de modos diferentes. Se para nós pode ser considerado a aceitação, a intimidação diante do poder alheio, para os norte- americanos pode significar um atestado de soberania. Todavia, para os que insurgiram no Oriente Médio, contrários a esse controle “imperial”, pode significar uma ameaça aos seus preceitos, motivando-os a entrarem em confronto.

Vulneráveis sim, derrotados jamais

Segundo o dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa, “vulnerável” significa: “1. Que pode ser fisicamente ferido; 2. Sujeito a ser atacado, derrotado, prejudicado ou ofendido”. Rico de sentidos o verbete acima poderia ser substituído facilmente por qualquer outro dos seus sinônimos, o que suscita a dúvida acerca dos motivos pelos quais a revista opta por ele.

Considerando-o um eufemismo, ele tende a conter o impacto do discurso, visto que, ele é um abrandamento de palavras “desagradáveis” ou “ideologicamente impronunciáveis”. Afinal, associar, por exemplo, “atacado” a “império” poderia soar estranho, afinal dada à relação de poder que gira em torno dos EUA, imaginar um ataque a esse país seria algo inconcebível.

Essa troca de palavras reside num jogo imaginário, nas formas como a representação identitária do outro é projetada pelo emissor, onde é possível o estabelecimento de estratégias discursivas. Há todo um jogo de imagens que envolvem as relações entre os sujeitos dentro de uma formação social. “Esse mecanismo [imaginário] produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio histórica” (ORLANDI, 2012, p. 40).

Portanto, retomando agora todo o enunciado: “O Império Vulnerável”. Percebemos a forma como o EUA é representado na projeção imaginária feita pelo sujeito jornalista e assinada pelo corpo editorial da revista. Um “império” consolidado no discurso midiático interpelado ideologicamente e inserido numa FD que regula o que é dito, e onde se operam múltiplos sentidos, que por sua vez afetam diretamente o sujeito “leitor-ouvinte-espectador”.

Considerações finais

Neste trabalho, observamos de maneira breve como os sentidos operam em um enunciado que reescreve o acontecimento na esfera midiática, valendo-se apenas de um enunciado veiculado pelo semanário da editora Abril, a revista VEJA. Ela,

diferentemente dos outros meios de comunicação, teve tempo suficiente, devido a sua publicação ocorrer semanalmente, de preparar uma edição especial sobre o acontecimento dos ataques ocorridos nos EUA.

Esse intervalo de tempo entre o fato e a publicação acerca dele, permitiu uma maior elaboração de tudo que foi veiculado e conseqüentemente dos sentidos que podem ser extraídos dali. “Essas características próprias da imprensa permitem compreender porque essa mídia, universo por excelência do legível, é particularmente eficaz” (CHARAUDEAU, 2010, p. 114). Indagando as causas e conseqüências do acontecimento.

Por sua vez, “as imagens de dois aviões chocando-se contra as Torres Gêmeas de Manhattan na manhã de 11 de setembro de 2001 tornar-se-iam iconográficas, um dos mais marcantes símbolos da época contemporânea” (RATO, 2011, p. 85). É o acontecimento rompendo com o estabelecido, causando perplexidade e produzindo novos enunciados, irrepetíveis e envoltos de sentidos.

“Nos dias seguintes ao 11 de setembro, os americanos redescobriram *en masse* o orgulho americano, exibindo bandeiras e cantando em coro público” (ZIZEK, 2003, p. 61). Eram os cidadãos do “império vulnerável” que saíam do transe provocado pelo choque, da consciência súbita de sua fragilidade, para o enaltecimento do poder que mesmo fragilizado ainda estava presente para uma reação imediata. Discursos favoráveis à retaliação começaram a surgir, discursos que justificavam o envio de milhares de soldados ao Oriente Médio circulavam nos meios de comunicação por meio das autoridades responsáveis. Algo injustificável como uma guerra, passava a ter argumentos contundentes para que ela fosse necessária.

“Guerra ao Terror” era o que mais se ouvia. As nações foram convocadas a entrar na guerra, os que se posicionassem contra seriam tidos como “inimigos”, era o “império” da ideologia norte-americana fazendo circular através de palavras de ordem o seu poder perante as outras nações. “E se – como parece demonstrar a exibição de patriotismo americano – a experiência do 11 de setembro serviu apenas como um

artifício para a ideologia hegemônica americana “retornar ao básico”, reafirmar suas coordenadas ideológicas básicas contra antiglobalistas e outras tentações críticas?” (ZIZEK, 2003, p. 63). Diante de inúmeros questionamentos que rondam o acontecimento, diante da aritmética fria cujos números apontam para quase 3.000 mortos, fica claro que a solidez de uma hegemonia muitas vezes pode esconder uma vulnerabilidade que desmancha no ar.

Referências

- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick.; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Glossário de termos de Análise do Discurso*. Instituto de Letras, UFRGS, 2001.
- KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Rio de Janeiro: Contraponto – EDUERJ, 2002.
- KRIEG-PLANQUE, Alice. *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas: PONTES, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.
- _____. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.
- RATO, Vasco. *Compreender o 11 de setembro: 10 anos depois*. São Paulo: Babel, 2011.
- ZIZEK, Slavoj. *Bem vindo ao deserto do Real!: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo, 2003.